



## PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

### CONCURSO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO - PROVA TIPO B

#### Instruções:

- Esta prova tem duração máxima de 3 horas;
- É absolutamente vedada a consulta a qualquer doutrina, legislação ou jurisprudência, sob pena de imediata desclassificação;
- Os candidatos deverão assinar cada uma das folhas da prova;
- As alternativas escolhidas deverão ser assinaladas à caneta na folha de respostas. Não serão permitidas rasuras;
- Os candidatos poderão levar as folhas de prova ao final;
- A folha de respostas e prova dissertativa deverão ser entregues ao final, para correção;
- As provas e os gabaritos oficiais serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes no dia 16 de dezembro de 2016, assim como o espelho de correção da dissertação;
- O resultado final e a classificação serão publicados, também no site da Prefeitura, no dia 06 de janeiro de 2017.

#### DIREITO CIVIL

**1)** De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;

b) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito;

c) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum;

d) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 15 dias depois de oficialmente publicada.

**2)** De acordo com a Parte Geral do Código Civil, está correta a seguinte alternativa:

a) São absolutamente incapazes para exercer os atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que por deficiência mental tenham discernimento reduzido;

b) A capacidade dos índios é regulada por legislação especial;

c) Em nenhuma hipótese é defeso o ato de disposição do próprio corpo;

d) A incapacidade cessa pela colação de grau em ensino médio.

**3)** Segundo o Decreto 20.910/32, as dívidas passivas dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em:

a) são imprescritíveis;

b) 10 anos contado da data do conhecimento do fato do qual se originarem;

c) 5 anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

d) 3 anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.



**4)** De acordo com o Código Civil (art. 96), o que são benfeitorias e quais são suas espécies?

- a) são coisas boas feitas por uma pessoa a outra, e podem ser gratuitas, onerosas ou acidentais;
- b) são coisas boas feitas por uma pessoa a outra, e podem ser necessárias, úteis ou voluptuárias;
- c) são melhoramentos sobrevindos aos bens, e podem ser gratuitas, onerosas ou acidentais;
- d) são melhoramentos sobrevindos aos bens, e podem ser necessárias, úteis ou voluptuárias.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**5)** O art. 183, CPC cuida de uma das prerrogativas processuais da Fazenda Pública, estabelecendo que esta:

- a) possui prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais;
- b) possui prazo em triplo para todas as suas manifestações processuais;
- c) possui prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais;
- d) possui prazo em dobro apenas para contestar.

**6)** No cumprimento de sentença em que se exige quantia certa contra a Fazenda Pública, esta:

- a) será intimada para pagar imediatamente o valor;
- b) será intimada para pagar o valor em 30 dias;
- c) será intimada para, querendo, impugnar a execução em 30 dias;
- d) será intimada para, querendo, impugnar a execução em 15 dias.

**7)** Segundo o CPC, da decisão de mérito, transitado em julgado, cabe:

- a) Ação Rescisória;
- b) Embargos de Declaração;
- c) Agravo de Instrumento;
- d) Apelação.

**8)** Haverá resolução de mérito quando o juiz:

- a) verificar a ausência de legitimidade;
- b) indeferir a Petição Inicial;
- c) reconhecer a existência de litispendência;
- d) homologar a transação.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**9)** De acordo com o art. 1º da Constituição, o Brasil é:

- a) um País Tropical;
- b) uma República Presidencial;
- c) uma República Federativa;
- d) uma Monarquia Federativa.

**10)** A Constituição consagra o princípio da separação dos três Poderes. São eles:

- a) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário;
- b) Poder Presidencial, Poder do Senado e Poder Jurídico;
- c) Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judicial;
- d) Poder da Imprensa, Poder da Polícia e Poder da Sociedade.

**11)** O art. 59 da Constituição prevê a existência de Leis Ordinárias e Leis Complementares. Qual a diferença entre estas espécies legislativas?

- a) Leis Ordinárias são leis ruins, enquanto Leis Complementares ajudam a sociedade;
- b) a diferença reside no quórum de aprovação, que, no caso das Leis Complementares é de maioria absoluta em cada uma das Casas do Congresso;
- c) a diferença reside no quórum de aprovação, que, no caso das Leis Complementares é de 3/5 em cada uma das Casas do Congresso;
- d) a diferença reside no quórum de aprovação, que, no caso das Leis Complementares é de unanimidade em cada uma das Casas do Congresso.



**12)** O que são cláusulas pétreas da Constituição?

- a) são artigos da Constituição que só podem ser alterados pela aprovação de 3/5 dos Senadores e Deputados Federais, em dois turnos de votação;
- b) são artigos da Constituição que só podem ser alterados por meio de plebiscito da população;
- c) são artigos da Constituição que jamais podem ser abolidos;
- d) são artigos da Constituição que só podem ser alterados se houver unanimidade nacional.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**13)** O parágrafo 6º do art. 37 da Constituição Federal estabelece que o Município tem **responsabilidade objetiva** pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. O que isto significa?

- a) que o Município nunca poderá ser condenado a pagar danos morais;
- b) que o Município somente tem que ressarcir danos causados a objetos, jamais a pessoas;
- c) que o Município jamais pode ser condenado a pagar indenização acima de R\$ 5.000,00;
- d) que o Município será responsável pelos danos causados por seus agentes independentemente de culpa ou dolo dos mesmos.

**14)** São princípios constitucionais da Administração:

- a) moralidade e desperdício de dinheiro público;
- b) moralidade e eficiência;
- c) legalidade e sigilo de todos os procedimentos;
- d) corrupção e pilantragem.

**15)** O que é uma licitação?

- a) é um decreto do Prefeito que diz que alguma coisa é lícita;
- b) é um procedimento administrativo que antecede, em regra, as contratações de empresas pelo Poder Público;
- c) é um ato ilícito extremamente grave;
- d) é um procedimento administrativo que antecede, em regra, os projetos de Lei enviados pelo Prefeito à Câmara dos Vereadores.

**16)** Atos de improbidade administrativa são atos ilícitos previstos na Lei Federal 8.429/1992, praticados por agentes públicos. Pergunta-se: estagiários da Procuradoria-Geral do Município podem responder por atos de improbidade administrativa?

- a) **NÃO**, porque não são agentes públicos;
- b) **NÃO**, porque são considerados meros aprendizes e estudantes, sendo, portanto, inimputáveis;
- c) **NÃO**, porque a eles se aplica o ECA;
- d) **SIM**, porque são considerados agentes públicos pelo o art.2º da Lei Federal 8.429/1992.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**17)** É modalidade de exclusão do crédito tributário:

- a) a isenção;
- b) o parcelamento;
- c) o pagamento;
- d) a remissão.

**18)** Segundo os artigos 173 e 174, CTN:

- a) a prescrição tributária se dá em 5 anos, sendo que a decadência ocorre em 10 anos.
- b) a prescrição tributária se dá em 10 anos, sendo que a decadência ocorre também em 10 anos.
- c) a prescrição tributária se dá em 10 anos, sendo que a decadência ocorre também em 5 anos.
- d) a prescrição tributária se dá em 5 anos, sendo que a decadência ocorre também em 5 anos.

**19)** Levando-se em conta o que estabelece a CF/88, correspondem a impostos de competência municipal:<sup>1</sup>

- a) o ITCMD e o ISS;
- b) o ITR e o IR;
- c) o IPTU e o ISS;
- d) o ICMS e o IPTU.

**20)** Conforme estabelece o art. 16, da Lei de Execuções Fiscais, o prazo para o executado oferecer embargos é de:

- a) 30 dias;
- b) 15 dias;
- c) 10 dias;
- d) 5 dias.